

ESCOLA DA TERRA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: FORMAÇÃO DOCENTE

H. C. M. Menezes¹; I. E. de L. Moreira² & C. Zientarski³

¹Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação extensionista “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. E-mail: azraellevi@gmail.com; ²Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da ação “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. E-mail: final.eduardo.7@gmail.com; ³Coordenadora da ação extensionista “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. E-mail: claricezientarski@yahoo.com.br

Artigo submetido em Outubro/2016 e aceito em Dezembro/2016

RESUMO

O artigo trata sobre a formação continuada de docentes, tendo como enfoque especial a formação realizada por meio do projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará: “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. Aborda as premissas que envolvem o projeto Escola da Terra como instrumentos de superação das contradições educacionais presentes no campesinato. A metodologia fundamenta-se no materialismo histórico-dialético. A formação desenvolvida com os cursistas apresenta como

proposta pedagógica a Pedagogia Histórico-Crítica. Os resultados obtidos, até o momento, sinalizam para a importância da formação, tendo em vista que segundo o Censo Escolar/INEP/2015, vinte e quatro por cento (24%) das matrículas registradas no ensino regular e EJA vincula-se a escolas rurais, dos quais 33.986 estudantes frequentam classes multisseriadas, com 346 mil professores, o que torna imperioso vincular os métodos educacionais e a formação com os interesses da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Escola da Terra. Formação docente. Escolas multisseriadas.

EARTH SCHOOL AND CRITICAL PEDAGOGY: TEACHER TRAINING

ABSTRACT

The article approach is about teachers continued education, having as a special focus the education conducted by Universidade Federal do Ceará at the program “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. Outlines the premises involving the Earth School Program as instrument to overcome the educational contradictions present in the peasantry. The methodology is based on the historical dialectical materialism. The education developed with the course-members presents

as pedagogical proposal the Historical-Critical Pedagogy. The results obtained so far indicate the value of education, having in mind that according to the School Census/INEP/2015, twenty-four percent (24%) of the enrolment registered in regular and adult education teaching is linked to rural schools, which 33.986 students attend to mixed classes with 346 thousand teachers, which makes it imperative to link the educational methods and the educational formation with the interests of the working class.

KEYWORDS: Earth School. Teacher training. Mixed class schools.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, denominado de “Escola da Terra e pedagogia histórico-crítica: formação docente”, trata da formação continuada de docentes, tendo como enfoque especial a ação realizada por meio do Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), intitulado “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”. Imerso nas experiências pedagógicas voltadas para a produção de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do/no campo, o trabalho objetiva identificar a importância da realização da formação continuada de professores, em escola/classes multisseriadas e quilombolas, sobretudo, quando esta é desenvolvida sob a perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético. Neste viés, tal identificação encontra-se, de forma fulcral, umbilicalmente ligado à tríade *Pedagogia Histórico-Crítica*, de Saviani (2013), *Pedagogia da Alternância* (GIMONET, 2007), e a Extensão Universitária (UFC, 2015-2016) como concepções teórico-práticas valorizadoras no processo educativo das múltiplas manifestações sociais e das reivindicações de direitos da comunidade campesina. Este trabalho expressa, portanto, as reverberações do Projeto Escola da Terra, junto às comunidades campesinas cearenses, especificamente nas ações realizadas ao longo do ano de 2015 e 2016.

Gestado a partir de 2012, e instituído em 2013, por meio da Portaria n. 579, de 02 de julho de 2013, a Ação Escola da Terra nasce em um cenário geopolítico de crise do capitalismo, manifesto nas práticas governamentais de austeridade, no campo econômico e social, que resultou em ações pautadas na retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora. Essa análise nos permite ponderar que a força política-ideológica-econômica da burguesia se faz hegemônica no interior do Estado.

Neste momento, a classe trabalhadora enfrenta um processo de desqualificação de sua formação, constatada pela contínua remoção dos referenciais teóricos de base materialista histórica dialética dos currículos escolares, e pela crescente criminalização dos movimentos de luta social da classe trabalhadora, o que obstaculiza uma formação omnilateral do trabalhador. Segundo Harvey (2011, p.18), as crises econômicas “[...] servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo [...] A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe”.

A superação de currículos assépticos, sem vida social, cultural e política constitui um dos grandes desafios de uma formação discente e docente. Superar essa realidade é um dos

grandes desafios de uma ação de formação em educação. Apropriar-se das ferramentas adequadas é um imperativo.

A formação e a valorização dos profissionais de educação estão intrinsecamente ligadas, portanto, à concepção de sociedade e cidadão que se pretende formar. Segundo a LDB 9.394/96, que trata dos profissionais da educação, no Título VI, art. 61, Parágrafo Único, inciso I, temos que a formação dos profissionais da educação terá como fundamento “a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho” (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). Ainda em relação aos Marcos Legais, o art. 67, inciso II, da LDB 9.394/96, afirma que está assegurada aos profissionais da educação “o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim”.

No contexto da formação de professores em serviço, deparamo-nos com o contexto do campo. Em meados da década de 1980 houve uma rearticulação dos movimentos sociais camponeses, marcados pela (re)ascensão das lutas sociais, responsáveis pela constituição, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse contexto, ocorreu a constituição da Educação do Campo como fruto das tensões oriundas das demandas dos movimentos sociais do campo. As reivindicações para o acesso às políticas públicas de educação, das quais o campo era/é preterido, em relação às *urbes*, graça a história das políticas educacionais brasileiras.

Neste prisma, realizar a formação de professores de classes multisseriadas (classes ou turmas compostas por estudantes de diferentes idades, tempos ou níveis escolares em uma mesma sala de aula, sobre a orientação de um mesmo professor) do campo e quilombolas torna-se um desafio para a instituição formadora à medida que um grande número de professores não possui formação em Pedagogia ou outro curso de Licenciatura. Os dados obtidos pelo Censo Escolar de 2013 indicam que existem 76 mil escolas no campo brasileiro e destas, 71,37% são multisseriadas, representando 22% das matrículas totais do campo. Atuam no campo 345 mil professores e, destes, apenas 182.256 são formados em nível superior, o que equivale a 53,24%, indicando que 46,76% dos professores possuem apenas o ensino médio ou curso normal (magistério) em nível de 2º grau.

A relevância da presente pesquisa, relacionada à formação dos docentes no espaço campo, na interconexão Escola da Terra e Pedagogia Histórico-Crítica, justifica-se, portanto, nos próprios dados do Censo Escolar do ano de 2012, que aponta o déficit educacional ao qual a população do campo tem sido historicamente submetida. Para superar essa realidade faz-se

necessário pensar uma educação crítica capaz de transformar o contexto histórico-social. Compreender a educação numa perspectiva ontológico-dialética, percebendo o ser social e a especificidade da formação docente e sua conexão ontológica com o trabalho, o que só se faz possível com uma reflexão madura sobre a formação do professor em serviço, além de sua inserção na organização das escolas/classes multisseriadas.

2 AS CLASSES MULTISSERIADAS DO CAMPO: DESAFIOS POSTOS AOS PROFESSORES E CURSISTAS

As escolas multisseriadas e unidocentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam, historicamente, um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária, bem como de esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior. Por essa razão têm sido constantemente criticadas pela baixa eficiência e qualidade, conforme dados da pesquisa do INEP/MEC (2006):

[...] o problema das turmas multisseriadas está na ausência de uma capacitação específica dos professores envolvidos, na falta de material pedagógico adequado e, principalmente, a ausência de infraestrutura básica – material e de recursos humanos – que favoreça a atividade docente e garanta a efetividade do processo de ensino-aprendizagem. Investindo nestes aspectos, as turmas multisseriadas poderiam se transformar numa boa alternativa para o meio rural, atendendo os anseios da população em dispor de uma escola próxima do local de moradia dos alunos, sem prejuízo da qualidade do ensino ofertado, especificamente no caso das séries iniciais do ensino fundamental.

Nesta perspectiva, se apresenta a Escola da Terra como uma ação formativa. A Lei n. 12.695, de 2012 (PRONACAMPO), afirma que dentre os objetivos da Escola da Terra, no art. 2º, encontra-se no inciso I a seguinte proposição: “promover a formação continuada de professores para que atendam às necessidades específicas de funcionamento das escolas do campo e daquelas localizadas em comunidades quilombolas”.

Com a promulgação da LDB 9394/96, ocorre um fechamento de escolas multisseriadas do campo, em virtude da nucleação das sedes municipais, advinda da municipalização e das reformas neoliberais que assolaram a educação. Os dados resultantes de estudos sobre as escolas do campo indicam, segundo Salomão Hage, “que as escolas exclusivamente multisseriadas passaram de 62.024, em 2002, para 50.176, em 2006. (INEP/MEC, 2006)”. Os dados do Censo Escolar do ano de 2012 que contemplam o Ceará indicam que o Estado conta com classes multisseriadas em 121 municípios.

Depreende-se, dos dados elencados que a nucleação, a despeito de seus objetivos pautados na ideia de elevação da qualidade do ensino, que seria obtida através da concentração dos alunos e redistribuição dos mesmos em turmas seriadas, de acordo com critérios de idade e níveis de escolarização, não conseguiu atingir as metas educacionais aneladas. As ações governamentais incentivadoras da política de fechamento das escolas do campo, prioritariamente as multisseriadas, atestaram-se muito mais preocupadas em atender as deliberações das políticas neoliberais e sua lógica de eficiência e eficácia, do que operar uma transformação social.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira contemporânea, fruto da estrutura classista que está materializada na propriedade privada dos meios de produção e subsistência, repercute tanto na cidade como no campo. Na educação, por exemplo, os dados amostrais revelam que 25,8% da população rural adulta (de 15 anos ou mais) é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 8,7% (BRASIL, MEC/INEP, 2012). Estes dados confirmam a legitimidade e importância de uma ação que objetive a formação de professores em serviço, e que estes, denominados cursistas, se percebam como sujeitos históricos comprometidos com as lutas do campo e com a transformação social.

Frementes, portanto, são as transformações sociais, pois sob a pecha das reformas do Estado, as políticas educacionais gestadas nas últimas décadas no Brasil geraram distorções, sem resolver os dilemas precedentes. Ao adotarem o sistema de transporte escolar, por exemplo, sem uma análise dos fins, mas apenas como mecanismo de ampliação/universalização da educação aos trabalhadores do campo, o que acabou ocorrendo foi a implantação de uma rede escolar que desconsiderou as questões pedagógicas, sociais e culturais, pois agregou indiscriminadamente no espaço da sala de aula, uma heterogeneidade social com a qual o professor não estava preparado para lidar. Percebe-se, portanto, a necessidade da formação docente. Essa formação, por sua vez, precisa ser pautada no binômio teoria e prática, que ao se constituírem como práxis representam aspectos inerentes ao processo educacional.

Consideremos o problema da relação entre teoria e prática tendo presente este entendimento dialético. Teoria e prática são aspectos distintos e fundamentais da experiência humana. Nessa condição, podem e devem ser consideradas na especificidade que as diferencia uma da outra. Mas, ainda que distintos esses aspectos são inseparáveis, definindo-se e caracterizando-se sempre um em relação ao outro. Assim, a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade. A teoria depende, pois, radicalmente da prática. Os problemas de que ela trata são postos pela prática e ela só faz sentido enquanto é acionada pelo homem como tentativa de resolver os problemas postos pela prática. Cabe a ela esclarecer a prática, tornando-a coerente,

consistente, conseqüente e eficaz. Portanto, a prática igualmente depende da teoria, já que sua consistência é determinada pela teoria. Assim, sem a teoria, a prática resulta cega, tateante, perdendo sua característica específica de atividade humana. (SAVIANI, 2008, p. 261-262).

Assim, por meio dessa relação contínua entre teoria e prática pedagógica, compreende-se a possibilidade de contribuir para superar as mazelas presentes nas assimetrias socioeducacionais que se apresentam no espaço das escolas/classes multisseriadas, selada pela oposição campo-cidade. Não se pode conceber o campo, em tempos hodiernos, numa relação dicotômica – espaço do campo e espaço urbano. Nos tempos atuais, as questões que permeiam o espaço geográfico-social se complexificaram. Não apenas no que concerne à relação campo-cidade, mas na afirmação da heterogeneidade econômica, cultural, social e política manifesta nesses espaços. Encontramos pluralidades identitárias e sociais, que nos levam a perceber o tecido social em sua diversidade. Temos no campo, de posseiros a boias-frias, de ribeirinhos a ilhéus, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários, comunidades negras rurais, quilombolas e etnias indígenas (DECRETO n. 7.352/2010), ocupando muitas vezes áreas circunvizinhas.

Neste sentido é necessário saber trabalhar com a população do campo, tendo em vista as suas especificidades. Ao surgir, no século XX (1990), o conceito de Educação do Campo, fruto das lutas dos movimentos sociais, cujas bandeiras alçadas nos diversos seminários e encontros foi à compreensão da necessidade de uma educação pensada pelo campesinato, sem a intervenção primária do Estado. As reformas educacionais advogadas pelo Estado neoliberal não abarcaram as concepções presentes nas formas de vida camponesas, impossibilitando a construção de alternativas político-educacionais, ao longo do território brasileiro, quicá do Ceará, que atendessem à realidade do campo.

Ribeiro (2010) apresenta uma análise mais profunda quando ressalta que:

[...] é fácil deduzir que as políticas sociais destinadas às populações camponesas, em particular a educação, tiveram maior incremento e volume de recursos quando havia, por parte dos sujeitos do capital, interesses ligados à expropriação da terra e a conseqüente proletarização dos agricultores, combinada com a implantação de uma produção agrícola geradora de dependência científica e tecnológica da parte dos trabalhadores do campo. A educação rural, desse modo, funcionou como uma educação formadora tanto de uma força de trabalho disciplinada quanto de consumidores dos produtos agropecuários, agindo, nesse sentido, para eliminar os saberes acumulados pela experiência sobre o trabalho com a terra. (RIBEIRO, 2010, p.171-172).

Esta afirmação de Ribeiro (2010) deixa evidente a ausência de interesse do Estado brasileiro em desenvolver a educação da população que vivia na área rural. Neste enfoque, pode ser referendada a asseveração da pesquisadora quando se constata os conflitos agrários

que ainda são parte da história social, bem como a manutenção da hierarquização campo-cidade, na qual a cultura urbana continua sendo posicionada como superior. Hierarquização esta, que necessita ser superada, pois essa assimetria gera empecilhos para a sociedade como um todo, urgente, portanto, se apresenta o propósito de superar os abismos culturais e político-sociais.

Vê-se, portanto, o desafio atual ao qual é exposto o professor das escolas/classes multisseriadas no/do campo: em primeiro lugar, não tratar as turmas multisseriadas de maneira seriada; em segundo lugar, vincular os conteúdos curriculares com a realidade dos discentes, através da materialização do saber, a partir de uma prática educativa voltada para a formação do homem que mora na zona rural, e que necessita de conhecimentos que fortaleçam sua relação com o meio. Fortalecimento, não na perspectiva do “ruralismo pedagógico”, mas, por meio de uma formação que possibilite a este professor articular-se, por exemplo, com a Escola da Terra, compreendendo-a como acúmulo da luta dos trabalhadores camponeses e cujas demandas estão para além do acesso à terra. Fazem-se, nesta perspectiva, necessárias mudanças radicais na estrutura da sociedade.

Essa problemática político-social faz-se presente nos genes da Escola da Terra a qual, em virtude de sua envergadura político-social, tem suscitado a problematização da temática do campo nas universidades, que até então estava representada, quase exclusivamente, na força dos movimentos sociais. Este fato encontra-se manifesto na abertura de Cursos de Extensão e Especialização em Educação do Campo, o que representa a força e relevância do tema e o envolvimento de grupos sociais imersos na luta por e pela educação do campo.

Nesta conjuntura, portanto, apresenta-se o grande desafio da educação do/no campo, no que se refere às escolas/classes multisseriadas, que diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos professores destas turmas, em seu isolamento dos demais colegas de profissão e da classe trabalhadora em seu conjunto, tendo em vista que na maioria das escolas com classes e turmas multisseriadas encontra-se apenas um professor. Este professor é diretor, professor, merendeiro, faxineiro e, apesar das múltiplas funções, representa uma liderança na comunidade, embora esteja afastado dos seus pares.

Neste prisma, compreende-se a urgência em vivenciar a prática educativa contemplando um ensino voltado à realidade dos estudantes, dos próprios professores e dos sujeitos do campo em geral. Despertar, parafraseando Leonardo Boff, em sua obra *A Águia e a Galinha*, no indivíduo, a águia que nele existe, realizando ações para conhecer e identificar-

se com a região, a comunidade, a cultura em que está imerso, compreendendo a importância de utilizar as riquezas da terra, contribuir com seu desenvolvimento sem a agressão aos recursos naturais, sem a utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas, o que é de difícil aplicabilidade para o indivíduo que recebeu uma educação pautada na estrutura curricular urbana. Nesta esteira se apresenta a formação fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, que tem por base e por teoria do conhecimento o materialismo histórico e dialético.

2.1 A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA E A FORMAÇÃO DOCENTE: A UFC SOLAPANDO MURALHAS

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens [...]. (SAVIANI, 2005, p. 13).

A frase de Saviani em epígrafe apresenta, em sua essência, a importância do ato educativo, e, no caso da Escola da Terra, esta ação envolve tanto os professores formadores da UFC, quanto os professores cursistas de cada um dos municípios. Assim, sob esta ótica, se apresenta a “Escola da Terra: formação de professores de escolas multisseriadas do campo e quilombolas”, que iniciou no ano de 2015, no Estado do Ceará. O projeto tem como objetivo realizar a formação continuada de professores das escolas do campo, contribuindo com o desenvolvimento de práticas pedagógicas imersas na intervenção qualitativa e fortalecedoras da escola como espaço do conhecimento historicamente construído.

Financiado pelo Ministério da Educação (MEC/SECADI) e UFC, contou com parcerias com instituições educacionais (Universidade Estadual do Ceará - UECE e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE), prefeituras dos 19 municípios atendidos e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Escola da Terra foi desenvolvida em forma de Curso de Aperfeiçoamento, com duração de 180 horas/aula, divididas em seis (06) módulos.

O Curso de Formação desenvolvido tem a estrutura curricular focada no cursista em formação como sujeito histórico, com suas problemáticas e sua contextualização. Para tal, fundamenta-se a proposta metodológica no materialismo histórico-dialético e na concepção da Educação do Campo, com as áreas específicas do conhecimento, que são trabalhadas durante os 06 (seis) módulos.

O curso desenvolvido pela UFC pauta-se não somente nas diretrizes da política nacional de educação, mas também na história dos movimentos de luta do campo por igualdade e justiça social. Nesse sentido, entre os princípios filosóficos deste curso, que dizem respeito à visão de mundo e às concepções mais gerais em relação à educação, sociedade e ser humano, encontra-se a educação, o trabalho e a emancipação humana, com as articulações e possibilidades para além da sociabilidade do capital.

Como princípios educacionais leva-se em consideração a organização dos componentes curriculares por área de conhecimento, trabalhando de forma a buscar a inter-relação, as conexões e vinculações de conteúdos formativos socialmente relevantes, por meio da Pedagogia Histórico-Crítica que Saviani, em sua obra *Escola e Democracia* (2005, p.69), esclarece sobre o processo metodológico da pedagogia histórico-crítica, afirmando que:

Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e a iniciativa dos alunos, sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor, favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e graduação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2005, p.69).

A explicação etimologicamente elaborada para a denominação que Saviani deu à Pedagogia Histórico- Crítica é a de que, numa perspectiva histórica, a educação contribui para a transformação da sociedade e é crítica porque, de forma consciente, age sobre as expectativas que a sociedade tem da escola que lhe serve. Para Saviani, as práticas pautadas em pedagogias tradicionais ou na escolanovista não possuíam em suas formulações essas características historicizadoras ou transformadoras. Neste sentido, pode-se afirmar que com Saviani iniciou-se um movimento social e cultural, no sentido de desenvolver uma análise crítica da pedagogia dominante, que não apresentava uma perspectiva historicizadora e, sim, de caráter reprodutor. Por serem reprodutoras do pensamento da classe dominante, as pedagogias: tradicional, escolanovista, tecnicista e neotecnicista necessitam da consciência de condicionantes histórico-sociais da educação.

A formação de professores cursistas fundamentou-se ainda, na Pedagogia da Alternância, desenvolvendo-se no tempo universidade e tempo comunidade, tendo em vista que segundo Pereira (2003, p. 69), ela:

[...] busca construir o processo educativo baseado nas relações que se desenvolvem na família, na comunidade e na escola. Essa pedagogia utiliza como matéria-prima para o ensino o conhecimento produzido pelas pessoas no seu cotidiano, e a experiência de vida delas. A apropriação desse conhecimento se dá através da

pesquisa que os educandos desenvolvem, com o objetivo de conhecer a realidade onde vivem, buscando, no saber empírico da família e da comunidade, subsídios para a escola desenvolver o seu planejamento.

A Pedagogia da Alternância não é só um procedimento das ações pedagógicas, ela tem a intencionalidade de valorizar no processo educativo as manifestações sociais, principalmente as reivindicações de direitos da comunidade, como é o caso da educação dentro das expectativas da Educação do Campo e não para o Campo. Ela trabalha, portanto, em dois (2) momentos: Tempo-Universidade e Tempo-Comunidade.

O Projeto Escola da Terra apresenta-se, neste sentido, como uma possibilidade de formação dos cursistas e como uma ação de intervenção social proposta a cada um dos professores cursistas, que no tempo-comunidade devem realizar atividades que se caracterizem como uma práxis, isto é, como um trabalho com princípio educativo que contribua com a transformação social.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O problema central desta pesquisa consiste em identificar a problemática que envolve a formação de professores de classes multisseriadas do campo e as possibilidades apontadas por meio do projeto “Escola da Terra: formação de professores das classes multisseriadas e quilombolas”. Assim, apresentam-se como questões de pesquisa: As classes multisseriadas ainda são uma realidade no País? Quais são as características que identificam a educação do campo? A formação de professores para as classes multisseriadas do campo e quilombola é necessária? A universidade como instituição formadora precisa contribuir com a formação destes professores? A Pedagogia Histórico-Crítica contribui com a formação? Existe aplicabilidade na práxis docente desta formação? Quais ações foram realizadas pelos professores cursistas posteriores à formação?

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto de que as contradições e dificuldades encontradas no próprio grupo de cursistas, por conta dos dados que indicavam que muitos não possuem curso superior, podem comprometer a formação (**hipótese 01** desta pesquisa). No contexto do grupo em formação, apesar de todas as limitações, o projeto pode contribuir, tendo um papel fundamental na transformação, tanto por meio do referencial teórico utilizado como pelas ações de intervenção na comunidade identificadas na práxis docente (**hipótese 02** desta pesquisa).

Como opção metodológica para realizar este trabalho, e também o projeto de formação dos cursistas, utilizou-se como referencial a dialética materialista histórica, pois, ela é uma teoria do conhecimento capaz de explicitar a realidade, expor as contradições e apontar as possibilidades de superação. Frigotto (1999) define a dialética materialista histórica como uma postura, uma concepção de mundo, como um método (que permite a apreensão radical da realidade) e como uma práxis, à medida que possibilita a busca da transformação e a busca de novas sínteses no âmbito do conhecimento e da realidade histórica. Pretende-se, portanto, que este referencial possibilite a articulação entre o real pesquisado e a sistematização, análise e interpretação do objeto em estudo, bem como a formação dos cursistas.

Em busca de esclarecimentos para os questionamentos apresentados, utilizam-se referenciais teóricos tais como: Marx (2011), Saviani (2005; 2008; 2012; 2013), bem como autores que discutem a educação do campo, dentre eles: Ribeiro (2010), Hage (2009), dentre outros teóricos, pesquisadores e autores.

3.1 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O planejamento e a organização do curso, como uma das atividades do projeto, começaram em 14 de maio de 2015, com sua tramitação e aprovação do projeto no dia 02 de junho de 2014. Logo após a aprovação do projeto, a equipe pedagógica e administrativa foi selecionada na semana do dia 01 até 08 de agosto de 2014. Em 12 de agosto, foi publicado o Edital de seleção de professores pesquisadores-formadores, culminando no processo seletivo que ocorreu nos dias 20 a 25 de agosto de 2014. Após o processo seletivo, iniciaram as matrículas no curso que foram do dia 26 a 30 de agosto de 2014. A formação dos professores teve início no mês de janeiro de 2015 e, no dia 02 de junho de 2015, ocorreu a abertura oficial da Escoa da Terra Ceará UFC - 2015/16. No dia 03 de junho de 2015, ocorreu nova formação com os professores e pesquisadores formadores.

É necessário levar em consideração que a seleção dos 19 municípios em que se realizou a formação se deu levando em conta o número de cursistas que não tinham formação, além do IDH dos municípios, de modo a priorizar aqueles municípios que estivessem precisando de professores que já atuavam em classes multisseriadas e que pudessem receber a formação que o projeto propunha. Durante a organização do projeto, a coordenação do mesmo estabeleceu diversas parcerias com as secretarias municipais de educação dos municípios

partícipes e SEDUC/CE, que ajudaram a mapear as escolas do campo, bem como no contato com os professores que iriam receber a formação.

3.2 FORMAÇÃO DOS FORMADORES E DESENVOLVIMENTO DOS MÓDULOS

Os formadores do projeto fizeram uma formação que teve início no mês de janeiro de 2015. Tais formações ocorreram na Faculdade de Educação da UFC (FACED/UFC) e foram realizadas através de aulas que foram mediadas por professores que tratam das temáticas que seriam abordadas nos módulos, bem como de temáticas que são necessárias dentro do entendimento da Educação do Campo.

Como instrumentos para realização da formação, as mesmas foram desenvolvidas por meio de seis módulos com temáticas diversas e sob o formato de apostilas com textos, com as temáticas trabalhadas no desenvolvimento do curso. Os módulos foram aplicados da seguinte forma:

- Módulo 01: Trabalho, educação e emancipação humana (trabalhados com os formadores);
- Módulo 02: A Reforma da Educação e da Escola;
- Módulo 03: Fundamentos e Princípios da Educação do Campo;
- Módulos 04: Fundamentos políticos-pedagógicos da Educação do Campo I;
- Módulos 05: Fundamentos políticos-pedagógicos da Educação do Campo II;
- Módulo 06: O último módulo foi trabalhado fruto das palestras e resultados do I Seminário Escola da Terra Ceará.

Cada formador visitou as escolas que faziam parte do projeto de extensão, observando suas peculiaridades, bem como entendendo o contexto em que estavam inseridos os professores das escolas com classes multisseriadas, além de visitar, também, a comunidade no processo. Após o desenvolvimento dos módulos e do I seminário, no dia 26 de agosto de 2016, ocorreu uma palestra do professor Nilton Duarte, na qual, logo em seguida, foi lançado o Livro *Escola da Terra Ceará: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo*. Livro que conta com os módulos trabalhados nos programas, os textos dos professores formadores e uma parte que comenta sobre a contribuição da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação do Campo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola da Terra tinha como objetivo a maior intervenção na comunidade, de modo que a formação servisse para causar impacto na vida daqueles que ali faziam parte. Durante a vigência do curso foram criadas hortas escolares em 04 escolas: uma localizada no Município de Independência, outra em Ibaratama, uma em Quixeramobim, uma em Caucaia. Dessa forma, o curso de extensão realizou um de seus objetivos, que era a intervenção dentro da sociedade. Outro resultado importante foi o que obtemos com a pesquisa que foi realizada com todos os professores cursistas. Tal pesquisa fez o levantamento de dados como: formação, expectativas com relação ao curso de extensão, dificuldades enfrentadas, propostas de intervenção.

Podemos perceber que, mesmo com alguns professores formados, boa parte ainda precisa de uma formação continuada e que muitos deles têm grandes expectativas com relação às ações de extensão que a UFC proporciona, o que nos leva a concluir que essas formações servem para contribuição no conhecimento que os professores do campo possuem. As dificuldades enfrentadas por eles são diversas: a) distância da cidade, b) falta de estrutura, c) dificuldades de locomoção e etc. A partir dessas dificuldades, passamos a pensar em formas que o projeto de extensão pudesse atuar de modo a trazer retorno a essas comunidades. Vale destacar que algumas professoras estão mais ativas dentro da UFC, participando do Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas e Gestão Educacional/GEPPGE. Destarte, percebe-se uma maior aproximação entre Universidade e Comunidade.

Outro fator importante é que alguns municípios passaram a adotar formações próprias depois que a Escola da Terra passou a atuar naquele município, o que nos faz acreditar que os contatos que foram realizados com as SMEs e a SEDUC serviram de grande ajuda na construção de futuros projetos de formação e extensão entre Escola, Comunidade e UFC. Outro resultado importante foram as produções que resultaram no decorrer do projeto. Muitos professores que participaram da formação produziram trabalhos e apresentaram no I Seminário Escola da Terra Ceará, além das produções de formadores e professores que estiveram presentes dentro do Livro *Escola da Terra Ceará: conhecimentos formativos para a práxis docente do/no campo*. O que mostra a importância do Projeto para a produção de conhecimento, bem como a sua democratização, uma vez que esse conhecimento, graças à intervenção do Projeto Escola da Terra e da UFC, passou a estar mais presente nos municípios e comunidades onde o Projeto atuou.

O projeto ainda tem muito a contribuir com a comunidade, uma vez que outros cursos, como Geografia e Agronomia, se dispuseram a atuar em conjunto, de modo a fortalecer o aprendizado para os formadores, professores e todos aqueles que compõem o projeto. O que nos leva a pensar a importância de tornar o Projeto Escola da Terra mais amplo a toda UFC.

5 CONCLUSÃO

Os rumos da Educação do Campo, no mundo hodierno, alvejado diuturnamente pelos ideários neoliberais, dependem da luta travada por sujeitos que se reconhecem em projetos de sociedade e de educação. Sujeitos esses que sejam proponentes de novos paradigmas, em antagonismo aos modelos neoliberais vigentes. Neste caminho, a Escola da Terra Ceará vem se consolidando e avançando, mediante uma relação unívoca com os movimentos de lutas sociais do campo e com parcerias fortalecedoras de seus ideários educacionais, como a UFC, por intermédio da Extensão Universitária (UFC, 2015-2016) e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

“Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo” (Brasil, 2008c, p.33) constitui um dos objetivos da Escola da Terra, aspecto herdado dos programas que a precederam. No Ceará, a base teórica centrada no materialismo histórico-dialético, na Pedagogia Histórico-Crítica e na Pedagogia da Alternância, na perspectiva da emancipação humana, e da formação omnilateral, busca romper com as diretrizes do Liberalismo, da Escola Nova (John Dewey) e do Construtivismo (Jean Piaget), pedagogias fundadas no *aprender a aprender*.

A formação realizada pela Escola da Terra no Ceará, por meio da UFC, pauta-se, portanto, não somente nas diretrizes da política nacional de educação, mas também na história dos movimentos de luta do campo por igualdade e justiça social. Nesse sentido, entre os princípios filosóficos da formação, que dizem respeito à visão de mundo e a concepções mais gerais em relação à educação, sociedade e ser humano, encontra-se a educação, o trabalho e a emancipação humana, com as articulações e possibilidades para além da sociabilidade do capital. Como reflexo desses princípios, a Escola da Terra estruturou sua base curricular, focada no cursista em formação como sujeito histórico, considerando suas problemáticas e sua contextualização, trabalhando de forma a buscar a interdisciplinaridade de conteúdos formativos socialmente relevantes, por meio da Pedagogia da Alternância. A finalidade, da

formação é possibilitar a humanização dos cursistas, por meio da socialização e apropriação do saber metódico. A consecução desse ato, por sua vez, passa, inexoravelmente, pela seleção e organização sistemática dos conteúdos relevantes produzidos. Vincula-se a um saber construtor, através do trabalho, de uma nova realidade, com novos paradigmas relacionais que gestará novas sociabilidades. Rompe-se com as dicotomias e assimetrias, seja na separação entre campo e cidade, seja na dissociação entre teoria e prática.

O antagonismo da educação do campo não é com a educação da cidade, mas, com o projeto de educação burguesa para a classe trabalhadora. Essa elaboração vem sendo concretizada no acirramento da luta de classes no campo, na atual conjuntura, que confronta o projeto de agricultura capitalista com a necessidade de afirmação de um projeto de agricultura da classe trabalhadora camponesa. (SILVA, 2015, p. 23).

Orientando-se por essa perspectiva, realiza-se na formação uma mediação, uma relação não estanque, mas entrelaçada, entre dois mundos intercambiáveis, a Universidade e a Comunidade, com seus múltiplos saberes. Prima-se pela humanização de cada indivíduo no processo de transmissão-assimilação da cultura, no qual ocorre uma socialização do saber elaborado, sistematizado, erudito. Entende-se, portanto, que o dinamismo do campo, nos impulsiona a rompermos com os estigmas e assimetrias que pautam a relação campo-cidade. Não podemos estar indiferentes às problemáticas e decisões acerca da Educação do Campo e do Programa Escola da Terra:

A Indiferença opera poderosamente na história [...] O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça, mas porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa agrupar nós que depois só a espada poderá cortar, deixa promulgar as leis que depois só a revolta fará anular, deixa exercer o poder a homens que depois só um motim poderá derrubar. (GRAMSCI, 1976, p. 121).

Construir com lucidez e responsabilidade político-social-ideológica os caminhos para uma Educação do Campo é nosso papel enquanto seres políticos e imersos nas lutas por uma nação democrática de fato. Devemos lutar por uma Educação pública de qualidade como direito de todos e dever do Estado. Atuar política e educacionalmente com consistente base teórica junto às comunidades do campo é nossa responsabilidade. Nessa tessitura, só podemos discutir a Educação do Campo e o Programa Escola da Terra na perspectiva das transformações sociais advindas da superação da subsunção do trabalho ao capital, subsunção que nos condiciona a uma educação unilateral, com a qual devemos romper, e construir uma educação omnilateral. Considera-se, até o momento, que as ações desenvolvidas atendem as perspectivas da população do campo em suas necessidades de transformação social que subverta a ordem excludente a qual muitos estão submetidos, tendo em vista que esse é um dos princípios norteadores do projeto Escola da Terra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 29 set. 2016.

_____. **Decreto n. 7.352/2010. Institui o PRONACAMPO e PRONERA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em 29 set. 2016.

_____. **Portaria n. 579/2013. Institui a Escola da Terra**. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_579_de_02_de_julho_de_2013_institui_a_escola_da_terra.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2008.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, 1976. v. 1.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Brasília, 1999.

PIMENTA, S. G. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. In: _____. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo (SP): Cortez, 2005.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, Trabalho, Educação. Liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

_____. **A Pedagogia Histórico-Crítica na Educação do Campo**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2013, São Carlos. **Anais...** São Carlos, 16 out. 2013b. (Jornada de Educação Especial No Campo, 4).

SILVA, P. R. de S. **Fundamentos político-pedagógicos para a educação do campo I: a escola do campo**. Material didático para a formação e elaboração do módulo IV. Escola da Terra - Ceará, Universidade Federal do Ceará, UFC, 2015

SOARES, J. R. Pra não dizer que não falei das flores: Formação humana escolar e emancipação. In: IV FIPED – Fórum Internacional de Educação. **Anais...** Campina Grande, Realize Editora, 2012.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JR, C. de L.; ESCOBAR, M. O. (Org.). **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: Editora, 2010.